



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1013362-13.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Multas e demais Sanções**  
 Requerente: **Helio Ferreira Leão**  
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade de Ato Administrativo com pedido de antecipação dos efeitos da tutela ajuizada por **HÉLIO FERREIRA LEÃO** contra o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO-DETRAN e o DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM -DER.**

Relatou o autor que, em 09/07/2017, às 04:00 horas, sofreu autuação de trânsito, por suposta infração ao artigo 165-A do Código de Trânsito Brasileiro, por ter se recusado a submeter-se ao “teste do bafômetro”. Afirmar que é nulo o auto de infração, uma vez que não foram atendidas as formalidades da Resolução Contran nº 432/2013. Pediu a anulação do Auto de Infração nº 1F878916-2.

Foi indeferida a tutela provisória de urgência (fls. 60/61).

Contestação do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo – DETRAN/SP às fls. 74/86. Preliminarmente, alega ilegitimidade de parte. No mérito, sustenta, em síntese, a legalidade do ato praticado pelo agente de trânsito, que gozaria de presunção de legalidade e veracidade. Afirmar, ainda, que o agente seguiu o roteiro previsto na legislação para a aplicação da penalidade e que o § 3º do art. 277 do CTB estabelece a aplicação da penalidade para o caso de simples recusa na realização do exame.

O Departamento de Estradas de Rodagem apresentou contestação (fls. 94/99), sustentando ter agido em consonância com a legislação de trânsito vigente. Requer a improcedência do pedido.

Houve réplica (fls. 102/105).

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

**1013362-13.2017.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Passa-se ao julgamento imediato deste incidente – nos termos do artigo 335, inciso I, do Código de Processo Civil –, em razão de sua própria natureza voltada à análise de questões jurídicas que dispensam a dilação probatória.

Primeiramente, não é o caso de se acolher a preliminar invocada pelo DETRAN, uma vez que a pretensão deduzida pelo autor refletiria em ato que só pode ser praticado pela referida entidade – suspensão do direito de dirigir.

No mérito, o pedido é improcedente.

Diz o artigo 277, § 3º, do Código de Trânsito Brasileiro:

*Art. 277. O condutor de veículo automotor envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito poderá ser submetido a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que, por meios técnicos ou científicos, na forma disciplinada pelo Contran, permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência (Redação dada pela Lei nº 12.760 de 2012).*

*§ 1º (revogado).*

*§ 2º A infração prevista no art. 165 também poderá ser caracterizada mediante imagem, vídeo, constatação de sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo Contran, alteração da capacidade psicomotora em direito admitidas (Redação dada pela Lei 12.760, de 2012).*

*§ 3º Serão aplicadas as penalidades e medidas administrativas estabelecidas no art. 165-A deste Código ao condutor que se recusar a se submeter a qualquer dos procedimentos previstos no caput deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 13.281, de 2016).*

Já o artigo 165-A, do Código de Trânsito Brasileiro, determina que:

*Art. 165-A. Recusar-se a ser submetido a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa, na forma estabelecida pelo art. 277: (Incluído pela Lei nº 13.281, de 2016).*

*Infração - gravíssima;*

*Penalidade - multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses;*

*Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*retenção do veículo, observado o disposto no § 4º do art. 270.*

*Parágrafo único. Aplica-se em dobro a multa prevista no **caput** em caso de reincidência no período de até 12 (doze) meses.*

Pois bem.

A caracterização dessa infração do § 3º do art. 277, como se vê pela própria redação da norma, independe de se constatar a influência do álcool.

Trata-se de uma tipificação autônoma. O § 3º do art. 277 é uma nova infração administrativa, de mera conduta, para a qual basta a recusa do condutor. A sua referência ao art. 165-A – que exige a influência do álcool – é referência ao preceito secundário daquele dispositivo – penalidades e medidas administrativas –, não ao preceito primário – descrição da infração.

Vale mencionar, ainda, que o DENATRAN, em 19 de novembro de 2014, publicou no Diário Oficial da União a portaria 219/2014 que acrescentou o enquadramento 757-9, específico a conduta prevista no art. 277, § 3º do CTB. Houve, assim, um aperfeiçoamento da regulamentação quanto à fiscalização do cumprimento do art. 165-A do CTB, que trata da condução de veículo sob influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência. Logo, passou-se a autorizar aos agentes de trânsito que promovessem a autuação pelo simples fato do condutor se recusar a fazer quaisquer dos testes que comprovem sua capacidade para condução de veículo.

Verifica-se, ainda, na hipótese dos autos, que o agente de trânsito observou corretamente as instruções para anotação do código de enquadramento, relativas ao código 757-90, quando o condutor apresentar sinal de alteração da capacidade psicomotora (fl. 16), tendo, ainda, observado que o condutor mostrava-se "falante" no momento da infração.

Neste sentido já decidiu o E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

"APELAÇÃO CÍVEL nº 1000536-47.2016.8.26.0482 - Comarca de Presidente Prudente - Apelante: MAURICIO TURIBIO MOREIRA - Apelados: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO - DER/SP DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DETRAN/SP (Juiz de Primeira Instância: Darci Lopes Beraldo) ANULATÓRIA DE AUTO DE INFRAÇÃO


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Multa de trânsito Autor autuado por ter se recusado a submeter a qualquer dos testes previstos no art. 277, do CTB - Teste do bafômetro - Ausência de ilegalidade da autuação - Infração administrativa que se caracteriza com a mera recusa a se submeter a qualquer teste que avalie o teor alcoólico, independentemente de o condutor apresentar ou não sinais de embriaguez. Sentença mantida. Recurso impróvido."

**MANDADO DE SEGURANÇA - ANULATÓRIA DE AUTO DE INFRAÇÃO** Multa de trânsito Impetrante autuado por ter se recusado a submeter a qualquer dos testes previstos no art. 277, do CTB - Teste do bafômetro - Ausência de ilegalidade da autuação - Infração administrativa que se caracteriza com a mera recusa a se submeter a qualquer teste que avalie o teor alcoólico, independentemente de o condutor apresentar ou não sinais de embriaguez. Sentença concessiva da segurança reformada. Recursos oficial e voluntário providos. (Apelação nº 1003715-15.2016.8.26.0053, Relator Desembargador Carlos Eduardo Pachi, j. 08.07.2016).

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil e **IMPROCEDENTE** o pedido.

Deixo de arbitrar verba honorária, por ser incabível na espécie (artigo 55, da Lei n. 9.099/95).

**P.I.**

São Carlos, 05 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**